



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

Distribuição gratuita
Publicação Bimestral

N.º 107

Novembro / Dezembro 2021

Directora: Adélia Vilas Boas

Voz da Terra



CRIADO O CENTRO DE COMPETÊNCIAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA

CADERNO TÉCNICO:
OLIVAL TRADICIONAL: SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS

Co-financiado por:



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa Investe nas Zonas Rurais

SUMÁRIO

FICHA TÉCNICA	2
EDITORIAL	
Um novo ciclo de oportunidades para outras e melhores políticas para a Agricultura Familiar	3
DESTAQUE	
Criado o Centro de Competências para a Agricultura Familiar e Agroecologia	4
NOTÍCIAS	
Concretização do EAF é indispensável para aumentar a produção nacional	5
Assembleia Geral da CNA planifica o ano de 2022 em defesa da Agricultura Familiar	6
CNA reclama proibição de vendas com prejuízos na produção	7
Governo entregou proposta de PEPAC e as notícias não são boas para a Agricultura Familiar	8
CADERNO TÉCNICO	
OLIVAL TRADICIONAL: situação e perspectivas	9-24
NOTÍCIAS	
S. Martinho: castanhas e vinho com sabor amargo para os pequenos e médios produtores	25
Faleceu Alcina Fernandes	25
CNA visita produtores de Setúbal e ouve as suas preocupações	26
MARP assinalou Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres	26
APT promove V Concurso Concelhio de Ovelhas da Raça Churra Galega Bragançana	27
UADL alerta Presidente da CM de Ansião para as dificuldades da Agricultura Familiar	27
Assembleia Geral da ADACB intensifica a luta em defesa da Agricultura Familiar	28
ADACB reúne com Municípios de Oleiros e de Vila de Rei	28
INTERNACIONAL	
Dirigente da CNA Vítor Rodrigues eleito para o Comité Coordenador da CEVC	29
La Via Campesina celebra transição política para a Europa	29
CNA presente no X Congresso do Sindicato Labrego Galego	30
CNA participa na XV Assembleia da COAG em Madrid	30
Grupos de Diálogo Civil analisam situação dos sectores olivícola e vitivinícola	30
OPINIÃO	
A agricultura camponesa e familiar e a implementação de sistemas alimentares saudáveis – <i>Por Vítor Rodrigues</i>	31



**A CNA está filiada na
Coordenadora Europeia
Via Campesina**



CNA

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

FICHA TÉCNICA

Propriedade e Edição

CNA – Confederação Nacional da Agricultura
NIF: 500817812

Morada / Sede da Redacção

Rua do Brasil, n.º 155 – 3030-175 COIMBRA
Tel.: 239 708 960
E-mail: cna@cna.pt – URL: www.cna.pt

Delegação em Lisboa

Rua Jardim do Tabaco, 90 1.º - Dtº
1100-288 LISBOA
Tel.: 213 867 335 – Fax: 213 867 336
E-mail: cna.lisboa@cna.pt

Delegação em Vila Real

Rua Marechal Teixeira Rebelo,
Prédio dos Quinchosos, Lt. T, Apart. 158
5000-525 VILA REAL
Tel.: 259 348 151 – Fax: 259 348 153
E-mail: cnavreal@sapo.pt

Delegação em Évora

Rua 5 de Outubro, 75 – 7000-854 ÉVORA
Tel.: 266 707 317 – Fax: 266 707 317
E-mail: ruralentejo@sapo.pt

Delegação em Bruxelas

Rue Grisar 38 – 1070 Bruxelas
Tel.: +32 22173112 ou +32 22184509

Título

Voz da Terra

Directora

Adélia Vilas Boas

Coordenadora Executiva

Bárbara Duarte

Fotos

Arquivo da CNA

Redactores da Separata “Caderno Técnico”

Por Lucinda Pinto, Ricardo Cabral
e José Miguel Gonçalves

Periodicidade

Bimestral

Tiragem

10 000 exemplares

Depósito Legal

N.º 117923/97

Registo na ERC

123631

Composição, Paginação e Impressão

Digipress, Lda.

Sede do impressor

R. da Fábrica 260, 4585-013 Baltar - Paredes

*Os textos assinados
são da responsabilidade dos autores*

Estatuto Editorial

Disponível em: <http://www.cna.pt>

Um novo ciclo de oportunidades para outras e melhores políticas para a Agricultura Familiar

Depois dos impactos já demorados da pandemia, depositámos em 2021 expectativas de melhorias, mas o ano começou com mais um confinamento e com o decretar do encerramento de feiras e mercados, travado com a luta da CNA.

Assim tem sido a marca distintiva da CNA, das suas Filiadas e dos pequenos e médios agricultores: perante adversidades e contrariedades, muitas vezes impostas por decreto, levantar os braços e as bandeiras em defesa de uma vida digna para a Agricultura Familiar.

Durante o ano os custos dos factores de produção dispararam até níveis quase incomportáveis. Dizendo que “os agricultores não podem continuar a pagar para produzir!”, a CNA reclamou o combate à especulação com o preço dos factores de produção, o aumento do desconto no gasóleo agrícola e a concretização do apoio à “electricidade verde”.

Ainda em defesa do rendimento dos agricultores reclamou a implementação de medidas de regulação do mercado, desafiando os governantes a enfrentar o poder desmedido da grande distribuição, por exemplo, através da proibição de vendas com prejuízos ao longo da cadeia agro-alimentar, de modo a não ser permitido comprar aos agricultores por valores abaixo dos custos de produção.

Também se consolidou a luta pela concretização do Estatuto da Agricultura Familiar, que completou três anos em 2021, mas que ainda não contempla mais do que medidas saídas a conta-gotas. Neste plano, o acesso ao Estatuto ainda ficou mais restrito com alterações introduzidas pelo Governo e que a CNA contestou publicamente, institucionalmente e numa grande conferência promovida no final do ano.

O ano ficou ainda marcado pela Presidência Portuguesa da União Europeia e pelas negociações da reforma da Política Agrícola Comum (PAC) para o pós-2020 (e a aplicar entre 2023 e 2027). O panorama não foi novo: o Governo quis fazer “boa figura” perante Bruxelas, mas foi o “mau da fita” para os pequenos e médios agricultores nacionais. Regozijou-se com o mau acordo alcançado e terminou o ano a apresentar uma proposta de Plano Estratégico, apressada mais uma vez, que também não augura bom futuro para a Agricultura Familiar.

A CNA, com as suas Filiadas e mais de mil agricultores de Portugal, do Estado espanhol e de França, das organizações-membro da Coordenadora Europeia Via Campesina, esteve em Lisboa por ocasião da reunião dos “ministros da PAC” a lutar por uma Política Agrícola Comum mais justa e solidária. Esteve também na discussão do Plano Estratégico, apresentou reclamações e mantém-se firme na defesa das alterações necessárias para a Agricultura Familiar.

No final do ano, a dissolução da Assembleia da República pelo Presidente da República conduziu o país a eleições a realizar a 30 de Janeiro. Com a nova configuração da Assembleia da República e um novo Governo que daí resultarão, abre-se um ciclo de oportunidades para outras e melhores políticas agro-rurais.

A CNA, com as suas Filiadas, e sempre com os agricultores, continuará a acção de proposta e luta firme em defesa dos sagrados direitos dos pequenos e médios produtores, por um Mundo Rural vivo e pela Soberania Alimentar do país.

Criado o Centro de Competências para a Agricultura Familiar e Agroecologia

Está constituído o Centro de Competências para a Agricultura Familiar e Agroecologia (CeCAFA), que tem como missão o desenvolvimento da Agricultura Familiar e a promoção e a afirmação da Agroecologia em Portugal.

Este Centro de Competências surge de uma iniciativa da CNA à qual se somaram outras entidades, desde organizações de agricultores, entidades da Administração, de ensino e investigação e organizações de desenvolvimento local e da sociedade civil.



O CeCAFA, cujo protocolo de constituição foi homologado pela Ministra da Agricultura, a 28 de Dezembro, visa constituir um espaço de partilha de conhecimentos e de congregação dos recursos e das competências existentes nas várias entidades que o compõem, de forma a reforçar a investigação, a difusão do conhecimento, a promoção da inovação e a qualificação dos produtores na valorização da Agricultura Familiar e da Agroecologia,

contribuindo, assim, para a sustentabilidade do modelo produtivo, de transformação e de comercialização.

Entre outros, tem como objectivos a transferência de conhecimento e a capacitação dos/as agricultores/as familiares na organização e gestão das explorações, por exemplo, a nível das oportunidades e soluções tecnológicas; a preservação e a integração dos princípios agroecológicos; a análise do impacto das políticas públicas na Agricultura Familiar ou a recolha e tratamento de dados que contribuam para a definição de rendimentos justos para os agricultores familiares.

São membros fundadores do CeCAFA:

CNA - Confederação Nacional da Agricultura

MARP - Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas

BALADI - Federação Nacional de Baldios

AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

ACTUAR - Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento

ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

DGADR - Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

ESAC - Escola Superior Agrária de Coimbra

ESAV - Escola Superior Agrária de Viseu

FMT - Federação Minha Terra

INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária

ISA - Instituto Superior de Agronomia

UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Concretização do Estatuto da Agricultura Familiar é indispensável para aumentar a produção nacional e reduzir a dependência alimentar do exterior

A CNA promoveu, a 11 de Dezembro, em Penacova, a II Conferência Nacional Estatuto da Agricultura Familiar, com o objectivo de reafirmar a importância deste Estatuto e o empenho da CNA e Filiadas na sua implementação.

O evento contou com a participação de Agricultores de diversas regiões do país, dirigentes associativos, técnicos e representantes de organizações convidadas e teve como oradores Alfredo Campos e Vítor Rodrigues, ambos da Direcção da CNA; Nuno Teles, professor universitário e economista; Sílvia Martins, jovem Agricultora; e Javier Sanchez, representante da Via Campesina na vice-presidência do Conselho Coordenador Internacional da Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar 2019-2028. Foi moderada por Adélia Vilas Boas, da Direcção da CNA.

Concluiu-se, de forma unânime, que a demora na concretização plena do Estatuto da Agricultura Familiar agrava, a cada dia que passa, a dependência do exterior, põe em

causa a segurança alimentar e compromete severamente a Soberania Alimentar do país.

Portugal importa 70% dos alimentos que necessita e a dependência do país em cereais, base da alimentação, é gravíssima. Por sua vez, as políticas de incentivo ao modelo agro-industrial super-intensificado e orientado para a exportação não só não garantem o abastecimento interno e a segurança alimentar, como não dão resposta à necessidade de reduzir a pegada ecológica dos alimentos.

A resposta para estes desafios está na Agricultura Familiar: capaz de garantir a vitalidade do território, gerar emprego, dinamizar as economias locais e nacional, produzir alimentos saudáveis e culturalmente adequados, numa lógica de circuito curto que responde às preocupações ambientais actuais.

Consagrado em lei há mais de três anos, depois de uma proposta da CNA, de 2014, o Estatuto da Agricultura Familiar já contempla algumas medidas de discriminação positiva da Agricultura Familiar, mas está ainda muito longe do seu potencial alcance.



Estão por concretizar medidas estruturantes como um regime de Segurança Social próprio, um regime fiscal adequado (que inclua a possibilidade dos pequenos produtores venderem em feiras e mercados sem necessidade de estarem colectados), a prioridade no abastecimento público, o acesso prioritário à terra ou a valorização do trabalho das mulheres agricultoras, entre outras.

CNA reclama reversão da condição de 20% do rendimento colectável ser proveniente da Agricultura

Além da demora em torná-lo num instrumento efectivo de protecção e desenvolvimento da produção nacional, com a introdução de uma nova regra que obriga a que 20% do rendimento colectável do agregado

familiar seja proveniente da Agricultura, o Governo vai excluir do Estatuto a grande maioria dos Agricultores Familiares.

Com este critério restritivo, com a burocracia do processo de adesão e com a implementação de medidas a conta-gotas e de menor impacto na actividade e no rendimento dos agricultores, o Governo parece não querer avançar com o Estatuto da Agricultura Familiar.

Ao não o concretizar, condena à ruína milhares de explorações da Agricultura Familiar e confirma que vai continuar a beneficiar um punhado de grandes proprietários, de poderes económicos e financeiros, que quando produzem é para exportar, utilizando a terra até a esgotarem, sem qualquer preocupação com o bem-estar da população ou do ambiente.

Assembleia Geral da CNA planifica o ano de 2022 em defesa da Agricultura Familiar

A Assembleia Geral da CNA reunida a 11 de Dezembro, em Penacova, com delegados de diversas regiões do País, fez uma avaliação à situação da Agricultura Familiar e do Mundo Rural e aprovou, por unanimidade, o Plano de Actividades e o Orçamento para 2022.

Os delegados manifestaram preocupação perante a ausência de medidas capazes de melhorar a vida dos Agricultores face ao elevado aumento dos custos de produção e à continuidade dos preços baixos na produção. Além destes factores, o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) para

2023-2027 não contém medidas benéficas para a Agricultura Familiar.

Ao planificar as actividades para 2022, a CNA reforçou o empenho para desenvolver o seu trabalho associativo, com as filiadas e organizações parceiras, para apoiar os agricultores e com eles encontrar as soluções, desbravar o caminho para que cada um tenha o seu trabalho justamente remunerado, as populações possam alimentar-se com os nossos produtos, para que as economias locais e a nacional não continuem tão dependentes das importações e Portugal alcance a Soberania Alimentar.



CNA reclama proibição de vendas com prejuízos na produção

Os baixos rendimentos das explorações agrícolas familiares agravaram-se recentemente com o aumento galopante dos custos dos factores de produção, transformação e transporte.

As dificuldades, reconhecidas por quase todos os agentes da cadeia agro-alimentar, de fazer reflectir este aumento nos preços pagos aos produtores põem em causa a viabilidade económica das explorações.

No sentido de contribuir para a resolução deste problema, a CNA reclamou ao Governo medidas concretas que passem pela proibição da venda com prejuízo em todos os elos da cadeia, incluindo a produção, considerando-a como uma prática desleal.

Para a CNA tem de ser estabelecida a obrigatoriedade de os contratos agro-alimentares cobrirem, pelo menos, os custos efectivos de produção e que estes custos integrem, para além dos factores de produção e da mão-de-obra assalariada, a mão-de-obra familiar. As sanções para as práticas desleais devem ser agravadas e estas tornadas públicas.

Esta reclamações foram apresentadas pela CNA nas reuniões do Grupo de Acompanhamento e Avaliação Agroalimentar e Re-

talho e da Subcomissão Específica do Sector do Leite e Produtos Lácteos criada no âmbito da Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Alimentar (PARCA).

Os desequilíbrios da distribuição de valor ao longo da cadeia penalizam constantemente os agricultores que para minimizar prejuízos acabam muitas vezes por ter de vender a sua produção a preços que não chegam para pagar os custos de produção.

Recorde-se que o Congresso dos Deputados espanhol aprovou no início de Dezembro medidas semelhantes com vista à melhoria do funcionamento da cadeia agro-alimentar.

Portugal tem actualmente dos mais elevados custos de produção, em grande parte por responsabilidade dos preços da energia e dos combustíveis, e dos mais baixos preços praticados à produção, o que coloca os agricultores numa completa asfixia financeira.

Os agricultores não podem continuar a pagar para produzir enquanto outros lucram à custa do seu trabalho.

É tempo de o Governo deixar de ser fraco com os fortes e de implementar as medidas necessárias para proteger os produtores, que hoje são o elo mais fraco da cadeia.



Governo entregou proposta de PEPAC à Comissão Europeia e as notícias não são boas para a Agricultura Familiar



O Ministério da Agricultura entregou no dia 30 de Dezembro à Comissão Europeia o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) para o período 2023-2027, depois de um processo de consulta que limitou a capacidade de participação das organizações, devido aos atrasos sucessivos, ao curto tempo para apreciação e às lacunas na informação disponibilizada.

Apesar do processo apressado, a CNA submeteu a sua participação e apresentou críticas e reclamações face a uma proposta do Governo que está muito longe de cumprir o desígnio de salvaguardar e desenvolver a actividade de milhares de pequenos e médios agricultores nacionais.

A situação já era grave na medida em que os regulamentos da nova PAC, aprovados em Novembro pelo Parlamento Europeu, não contemplam medidas eficazes de intervenção no mercado, dando mais carta branca à política de preços baixos à produção.

Mas no plano nacional, na margem de manobra que tinham no desenho deste PEPAC, o Ministério da Agricultura e o Governo falharam com a Agricultura Familiar – e com o país – pois não quiseram corrigir injustiças, a começar, desde logo, na atribuição das ajudas:

70% das ajudas estão concentradas em 7% dos agricultores (os maiores e sem obrigatoriedade de produzir).

Discrepância que podia ser minimizada com aplicação eficaz da modulação (redução de pagamentos) acima dos 60 000€ e do plafonamento (limite máximo de ajudas) nos 100 000€. Mas se não houve vontade de enfrentar os “grandes”, já para os “pequenos e médios” os cortes aparecem, com o Regime da Pequena Agricultura a ser escalonado e reduzido para as explorações com menos de 1 ha. Uma exploração familiar de 0,5 ha que em 2022 receba 1000€, em 2023 vai receber apenas 500€/ano. Se houve passos positivos ao nível do pagamento redistributivo, estes acabam por ser insuficientes...

Apesar de nem todos os Estados-Membro terem apresentado os seus Planos Estratégicos, o Governo português fez o papel de bom aluno e apressou-se com uma proposta que ainda por cima é má para a Agricultura Familiar.

Mas ainda há tempo para uma inversão que é fundamental que aconteça. É urgente melhorar a distribuição das ajudas, o apoio ao investimento, o rejuvenescimento da agricultura, a transferência de conhecimento, e mesmo a arquitectura verde, de forma a minimizar os impactos no rendimento das explorações agrícolas de menor dimensão.

Para a CNA, a valorização do trabalho das mulheres rurais é outra das questões ausentes na proposta de PEPAC, sendo por isso necessário a introdução de medidas que discriminem positivamente as mulheres agricultoras. E para o necessário rejuvenescimento do tecido agrícola, a CNA propõe medidas de melhoramento dos apoios existentes e uma medida de capacitação das estruturas associativas que vise o acompanhamento técnico e ajuda à manutenção das explorações de jovens agricultores para lá do período obrigatório para os projectos de novas instalações.

OLIVAL TRADICIONAL: situação e perspectivas

Por Lucinda Pinto, Ricardo Cabral e José Miguel Gonçalves

As oliveiras cultivadas em áreas de sequeiro têm um contributo significativamente maior para mitigar as alterações climáticas do que aquelas que usam um sistema de irrigação. No cultivo tradicional de sequeiro é retirado da atmosfera mais CO₂ do que no intensivo.

Conclusões de um estudo da Universidade de Jaén, Espanha

Co-financiado por:
Co-financiado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa Investe nos Territórios Rurais

1. Enquadramento

O azeite é um dos elementos que caracteriza a dieta mediterrânica, porventura o mais central! O olival, a azeitona e o azeite são elementos diferenciadores na identidade cultural dos países da bacia mediterrânica.

Segundo o Conselho Oleícola Internacional (COI), o olival está presente nos países da bacia mediterrânica, que representam mais de 95% da área mundial (mais de 11 milhões

de hectares). O olival tradicional (cultura em que o compasso é largo, não raras vezes consociado com outras culturas, implantado outras tantas em terrenos declivosos) constitui a tipologia mais presente na distribuição geográfica do olival.

Na Europa o olival ocupa mais de 6 milhões de hectares, sendo que os países produtores mais representativos são Espanha, Itália, Grécia e Portugal.



2. O Recenseamento Agrícola 2019 para o sector do olival

Dados estruturais

No ano de 2019, a área de olival e vinha representava 64,0% da superfície total com culturas permanentes, com uma diminuição face a 2009 em que representava 74,4%. No que respeita especificamente à área de olival, esta aumentou cerca de 41 mil hectares face a 2009 ocupando 377 234 hectares (ha) em 2019, como se pode observar na Tabela 1. Destes, cerca de quatro quintos localizam-se no Alentejo, região que concentra a maioria do olival nacional (52,4%).

Em 2020 o olival já ocupava 379 444ha em Portugal (Pordata@2021).

Outro dado interessante de observar diz respeito à área ocupada por olival explorado em Modo de Produção Biológico: 21000ha, o que representa 6% da área total de olival, em 2019 (RA, 2021).

Em termos de orientação produtiva, o olival em Portugal destina-se essencialmente à pro-

dução de azeite (quase 99% da superfície de olival, ainda que exista uma certa variação anual, uma vez que há variedades de azeitona que possuem “dupla aptidão”, isto é, que podem destinar-se tanto à produção de azeite como de azeitona de mesa dependendo especialmente do estado de desenvolvimento da azeitona resultante das condições climáticas que se verifiquem e do estado sanitário em que se encontre a produção) (RA, 2021).



Tabela 1 - Evolução de dados estruturais do olival em Portugal (RA, 2021)

Região Agrária	Total de Olival							
	Explorações			Superfície			Dimensão média	
	N.º	%	Variação 2009-2019 (%)	ha	%	Variação 2009-2019 (%)	ha/explo.	Variação 2009-2019 (%)
Portugal	129 803	100	-0,6	377 234	100	12,3	2,9	13,0
Continente	129 803	100	-0,6	377 234	100	12,3	2,9	13,0
EDM	3 013	2,3	1,3	1 085	0,3	23,2	0,4	21,6
TM	40 254	31,0	10,8	81 691	21,7	8,5	2,0	-2,0
BL	22 465	17,3	-2,2	15 440	4,1	7,7	0,7	10,1
BI	25 685	19,8	-3,1	49 373	13,1	4,3	1,9	7,6
RO	11 806	9,1	-12,8	22 609	6,0	-11,5	1,9	1,6
ALE	17921	13,8	-9,3	197 628	52,4	20,4	11,0	32,7
ALG	8659	6,7	2,1	9 409	2,5	12,0	1,1	9,8
Açores	0	0	--	0	0	--	--	--
Madeira	0	0	--	0	0	--	--	--

Olival para azeite: distribuição por região em função da densidade de árvores

Os dados disponibilizados pelo Recenseamento Agrícola de 2019 (RA, 2021) caracterizam o olival em função das classes de densidade de plantação (Tabela 2 a Tabela 7). Na tentativa de aproximar a abrangência da designação de “olival tradicional” geral optámos por incluir as áreas/explorações com densidade até às 300 árvores/ha (Tabela 2, Tabela 3 e Tabela 4).

Daqui resulta que o olival tradicional ocupa 284 758ha. Se considerássemos apenas os

Neste Artigo Técnico “olival tradicional” é caracterizado por áreas/explorações com densidade até às 300 árvores/ha.

dois primeiros escalões de densidade, até às 100 árvores/ha, a área reduziria para 138 000 ha aproximando-se da área estimada de 140 000 ha comumente aceite.

Da análise dos dados (ainda que corresponda a uma análise grosseira), por comparação com 2009, o número de explorações reduziu 8% e a área de olival diminuiu 4,9% no Continente. Resulta interessante verificar que em termos de distribuição regional, a Região de Trás-os-Montes reduz em 6,5% o número de explorações, mas aumenta a área de olival em mais de 30%, face a 2009. Este crescimento está alinhado com o aumento muito significativo da densidade do olival (na classe de mais de 100 até 300 árvores/ha). Para este facto muito contribuiu o investimento em novas plantações/adensamento financiado ao abrigo dos programas de desenvolvimento rural – ProDeR e PDR2020.

Tabela 2 - Olival para azeite Densidade 45 - 60 árvores/ha (RA, 2021)

Região Agrária	Explorações			Superfície		
	N.º	%	Varição 2009-2019 (%)	ha	%	Varição 2009-2019 (%)
Portugal	37 001	100	-11,8	54 090	100	- 6,2
Continente	37 001	100	-11,8	54 090	100	- 6,2
EDM	1 585	4,3	7,6	454	0,8	17,7
TM	3 3 11	8,9	-39,5	2 266	4,2	-53,0
BL	5 650	15,3	-22,8	3 318	6,1	5,1
BI	9 559	25,8	16,0	15 670	29,0	90,1
RO	4 882	13,2	-20,0	6 645	12,3	-28,1
ALE	5 664	15,3	-8,0	18 913	35,0	-23,4
ALG	5 350	17,2	-11,8	6 825	12,6	-4,4
Açores	0	0	--	0	0	--
Madeira	0	0	--	0	0	--



¹ O ProDer é um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural do continente, para o período 2007-2013, aprovado pela Comissão Europeia, Decisão C (2007) 6159, em 4 de Dezembro.

² O PDR 2020, Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal - Continente (2014 – 2020) aprovado na sequência da decisão da Comissão Europeia - Decisão C (2014) 9899 final, de 12 de Dezembro de 2014.

Tabela 3 - Olival para azeite: Densidade 61 – 100 árvores/ha (RA, 2021)

Região Agrária	Explorações			Superfície		
	N.º	%	Varição 2009-2019 (%)	ha	%	Varição 2009-2019 (%)
Portugal	40 381	100	-11,8	83 898	100	-13,0
Continente	40 381	100	-11,8	83 898	100	-13,0
EDM	588	1,5	7,6	258	0,3	42,9
TM	10 339	25,6	-39,5	15 361	18,3	5,8
BL	7 581	18,8	-22,8	4 686	5,6	2,8
BI	9 019	22,3	16,0	14 148	16,9	-29,4
RO	5 376	13,3	-20,0	7 318	8,7	-7,8
ALE	6 797	16,8	-8,0	41 024	48,9	-15,5
ALG	681	1,7	-11,8	1 103	1,3	66,6
Açores	0	0	--	0	0	--
Madeira	0	0	--	0	0	--

Tabela 4 - Olival para azeite: Densidade 101 – 300 árvores/ha (RA, 2021)

Região Agrária	Explorações			Superfície		
	N.º	%	Varição 2009-2019 (%)	ha	%	Varição 2009-2019 (%)
Portugal	58 794	100	-8,0	146 770	100	0,1
Continente	58 794	100	-8,0	146 770	100	0,1
EDM	66	1,1	-32,5	311	0,2	-0,5
TM	27 818	47,3	9,6	60 552	41,3	17,3
BL	11 064	18,8	-12,5	5 826	4,0	8,1
BI	9 027	15,4	-34,3	14 489	9,9	-13,9
RO	4 727	8,0	5,4	5 172	3,5	-21,2
ALE	5 058	8,6	-20,5	59 640	40,6	-9,0
ALG	434	0,7	39,5	779	0,5	150,5
Açores	0	0	--	0	0	--
Madeira	0	0	--	0	0	--

Tabela 5 - Olival para azeite: Densidade 301 – 700 árvores/ha (RA, 2021)

Região Agrária	Explorações			Superfície		
	N.º	%	Varição 2009-2019 (%)	ha	%	Varição 2009-2019 (%)
Portugal	9 606	100	-10,6	28 486	100	67,1
Continente	9 606	100	-10,6	28 486	100	67,1
EDM	113	1,2	--	39	0,1	--
TM	1 980	20,6	8,6	1 635	5,7	23,8
BL	4 351	45,3	-24,8	1 320	4,6	19,3
BI	1 464	15,2	-19,7	3 161	11,1	110,0
RO	912	9,5	11,2	1 222	4,3	-3,3
ALE	734	7,6	59,6	20 938	73,5	78,1
ALG	52	0,5	108,0	172	0,6	74,8
Açores	0	0	--	0	0	--
Madeira	0	0	--	0	0	--

Tabela 6 - Olival para azeite: Densidade 701 – 1500 árvores/ha (RA, 2021)

Região Agrária	Explorações			Superfície		
	N.º	%	Variação 2009-2019 (%)	ha	%	Variação 2009-2019 (%)
Portugal	1 316	100	45,6	8 385	100	198,2
Continente	1 316	100	45,6	8 385	100	198,2
EDM	2	0,2	100	9	0,1	12 571,4
TM	75	5,7	-53,4	156	1,9	-17,1
BL	658	50,0	33,7	243	2,9	175,2
BI	229	17,4	70,9	842	10,0	678,8
RO	127	9,7	92,4	825	9,8	220,1
ALE	217	16,5	342,9	6 285	74,9	189,7
ALG	8	0,6	700,0	26	0,3	2 821,1
Açores	0	0	--	0	0	--
Madeira	0	0	--	0	0	--

Tabela 7 - Olival para azeite: Densidade mais de 1 500 árvores/ha [RA, 2021]

Região Agrária	Explorações			Superfície		
	N.º	%	Variação 2009-2019 (%)	ha	%	Variação 2009-2019 (%)
Portugal	628	100	365,2	51 327	100	358,7
Continente	628	100	365,2	51 327	100	358,7
EDM	0	0,0	--	0	0,0	--
TM	8	1,3	-38,5	38	0,1	-31,3
BL	41	6,5	24,2	31	0,1	0,7
BI	40	6,4	400,0	716	1,4	93,7
RO	54	8,6	184,2	1 333	2,6	537,2
ALE	483	76,9	679,0	49 190	95,8	367,4
ALG	2	0,3	--	19	0	--
Açores	0	0	--	0	0	--
Madeira	0	0	--	0	0	--





3. O investimento público no olival nos dois últimos Quadros Comunitários de Apoio (ProDeR e PDR2020)

O programa de apoio que vigorou entre 2007-2013 – ProDeR disponibilizou uma parte muito significativa do financiamento total ao investimento no olival e na transformação.

A fileira do azeite foi considerada estratégica pelo Governo tendo sido canalizados avultados recursos financeiros (e criadas condições de excepção) para permitir a plantação de olival e construção/modernização dos lagares de azeite.

Só no apoio ao investimento nas explorações

olivícolas especializadas foram distribuídos 63,7 milhões de euros (9% do total de pedidos de apoio) beneficiando 72 290ha (Relatório de Execução, 2015). Os apoios destinaram-se à instalação ou beneficiação de olivais explorados em modo convencional, salientando-se a curiosidade relativa à instalação/beneficiação de olival em Modo de Produção Biológico com um montante de investimento que não atingiu 1 milhão de euros, abrangendo 14 explorações!

A afectação de apoios ao olival/azeite prolongou-se pelo Quadro seguinte (2014/2020) tendo o PDR2020 já apoiado uma área de 52 268ha de olival.

O olival e o azeite DOP

Apesar de ser voz corrente considerar a aposta nos produtos endógenos, de alto valor qualitativo intrínseco, como sejam os produtos com Denominação de Origem (DOP) ou Indicação Geográfica Protegida (IGP), como muito importante para o reforço da identidade do País o facto é que, no que ao sector do azeite diz respeito, a tendência de produção tem sido gritantemente decrescente (ver quadro). Portugal tem seis DOP reconhecidas: Azeites do Norte Alentejano, Azeite de Moura, Azeite de Trás-os-Montes, Azeite do Alentejo Interior, Azeites da Beira Interior e Azeites do Ribatejo. De acordo com a informação disponibilizada pela DGADR são 7.246 as explorações que produzem azeite DOP correspondendo a 31.087ha de olival (DGADR@2021). Em termos de representatividade a DOP de Trás-os-Montes é a que ocupa maior área e que tem o maior número de explorações, 85% do total, mas representa apenas 10% do volume de azeite certificado. A DOP Azeite de Moura produz mais de 70% do total de azeite com certificação DOP.

Azeites Dop Em Portugal

Azeites do Norte Alentejano

Azeite de Moura

Azeite de Trás-os-Montes

Azeite do Alentejo Interior

Azeites da Beira Interior

Azeites do Ribatejo

A produção de azeite DOP em Portugal corresponde hoje a menos de 2% da produção total de azeite. Poderão ser apontadas causas como o preço mais elevado no consumidor, a falta de incentivos à produção certificada ou desmotivação dos produtores (Figura 1).

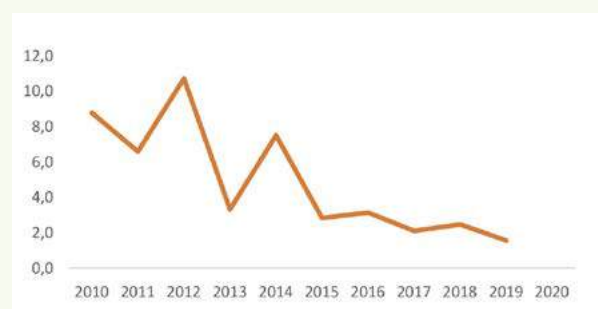


Figura 1 - Azeite: Peso da Produção Certificada DOP na Produção total (%) (GPP)

Rubrica	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Produção total (hl)	686832	831914	645379	999853	665325	1190523	757373	1470352	1094433	1537546
Produção Certificada DOP* (hl)	60463	55061	69095	33640	50102	33709	23820	31403	27360	24228
Peso da Produção certificada na Prod. Total (%)	8,8	6,6	10,7	3,4	7,5	2,8	3,1	2,1	2,5	1,6

*Fonte: GPP e DGADR

As produções certificadas de azeite são as seguintes: Azeites do Norte Alentejano DOP, Azeite de Moura DOP, Azeite de Trás-os-Montes DOP, Azeite do Alentejo Interior DOP, Azeite da Beira Baixa DOP, Azeite da Beira Alta DOP e Azeites do Ribatejo DOP.

Outros Países Produtores

Itália certificou com DOP, em 2019, 3,7% da sua produção total de azeite (ISMEA@2021).

Em Espanha a área certificada como DOP regista mais de 710 mil ha com uma produção certificada de cerca de 5% face à produção total de azeite.

O olival e os custos de produção

Os custos de produção associados ao olival são variáveis e dependem em grande parte do sistema de produção. Uma abordagem possível para categorizar o olival poderá ser pela densidade das árvores, como já referido anteriormente, mas trata-se de uma abordagem pobre uma vez que há outros factores que se prendem com a orografia das explorações olivícolas ou com a existência (ou não) de água para rega. Da organização destes factores resulta uma classificação possível para o enquadramento do olival tradicional.

Com o objectivo de avaliar os custos de produção para diferentes tipologias de olival nos diversos países produtores o Conselho Oleí-

cola Internacional promoveu um estudo internacional em 2015 sobre os custos de produção do azeite, com referência às campanhas 2009/2010 a 2012/2013. Apesar dos dados reportarem a estas campanhas é o exercício mais completo que se conhece e que, apesar da evolução que teve a produção de azeite, continua a manter actualidade para a reflexão que se pretende necessária.

A Tabela 8 traduz para o caso de Portugal o resultado comparativo dos vários sistemas.

Para categorizar o olival foram criadas 7 tipologias (Tabela 9). Para todas elas foram calculados os custos directos, indirectos e custos com amortizações associados, obtendo o custo por quilo de azeite produzido.

Tabela 8 - Custo de produção do olival tradicional para cada sistema (COI, 2015).

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7
Custos directos (€/ha)	574	786	502	701	906	1972	2355
<i>Fertilizantes</i>	74	74	70	86	385	182	582
<i>Tratamentos fitossanitários</i>	121	155	86	86	80	601	441
<i>Manutenção do solo</i>	80	80	60	60	105	131	75
<i>Poda</i>	59	59	46	46	96	63	624
<i>Colheita</i>	240	240	240	240	240	688	260
<i>Rega</i>	0	178	0	183	906	307	373
Custos indirectos (€/ha)	57	10	50	70	91	197	236
Custo total (€/ha)	631	796	552	771	997	2169	2591
Produção (kg_{azeitona}/ha)	1000	1200	1500	1800	2500	8000	10000
Custos totais kg_{azeitona} (€/kg)	0,63	0,66	0,37	0,43	0,40	0,27	0,26
Rendimento (%)	20,00	20,00	20,00	20,00	21,50	18,00	18,00
Custos de transporte (€/kg_{azeite})	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004	0,004
Custos de transformação (€/kg_{azeite})	0,040	0,040	0,040	0,040	0,040	0,040	0,040
Custos totais (€/kg_{azeite})	3,38	3,54	2,06	2,36	2,06	1,75	1,68

Tabela 9 - Tipologias de Sistemas de exploração considerados (COI, 2015).

S1	Sistema tradicional de forte declive, sequeiro.	Olival com mais de 20% de declive e menos de 180/árvores por ha. Dado o elevado declive não é possível realizar a colheita da azeitona recorrendo aos meios mecânicos.
S2	Sistema tradicional de forte declive, regadio.	Igual ao S1, com a possibilidade de rega moderado.
S3	Sistema tradicional de declive moderado, sequeiro.	Olival com declive inferior a 20% e menos de 180 árvores /ha. Olival cultivado em sequeiro com dificuldades de mecanização ou mesmo não mecanizável.
S4	Sistema tradicional de declive moderado, regadio.	Olival cultivado em regadio com declive inferior a 20% e menos de 180 árvores/ha. Geralmente em declives suaves ou moderados que permitem a mecanização. Produções entre 3000 e 6000 kg/ha de azeitona.
S5	Sistema intensivo, sequeiro.	Olival com densidade entre 180 e 800árvores /ha em sequeiro localizados em zonas planas com possibilidade de colheita mecanizada, com produções entre 2000 e 4000kg/ha de azeitona.
S6	Sistema intensivo, regadio.	Olival com densidade entre 180 e 800 árvores/ha em regadio localizados em zonas planas e com produções de mais de 6000kg/ha de azeitona.
S7	Sistema superintensivo, regadio.	Olival com densidade superior a 800 árvores/ha com rega.

A Tabela 8 mostra que há uma variação muito significativa nos custos de produção para os sistemas de produção considerados. Como é natural, os sistemas menos produtivos como o olival tradicional de sequeiro são os que apresentam os maiores custos, sendo que os custos com a colheita representam próximo de 50% dos custos directos do olival tradicional de sequeiro, de baixa densidade de árvores e declive moderado (tipologia S3 considerada).

Apenas como comentário salientar que ape-

sar dos sistemas mais produtivos apresentarem custos de produção mais altos por área (ha) de olival, por terem produções muito mais altas que os sistemas menos intensivos apresentam um custo inferior por quilograma (kg) de azeite produzido.

No estudo foram considerados uma produção de azeitona entre os 1000 e 1500kg de azeitona e um rendimento em azeite de 20% para o olival tradicional de sequeiro, o que nos parece, como rendimento médio, um pouco elevado para esta tipologia de olivais.



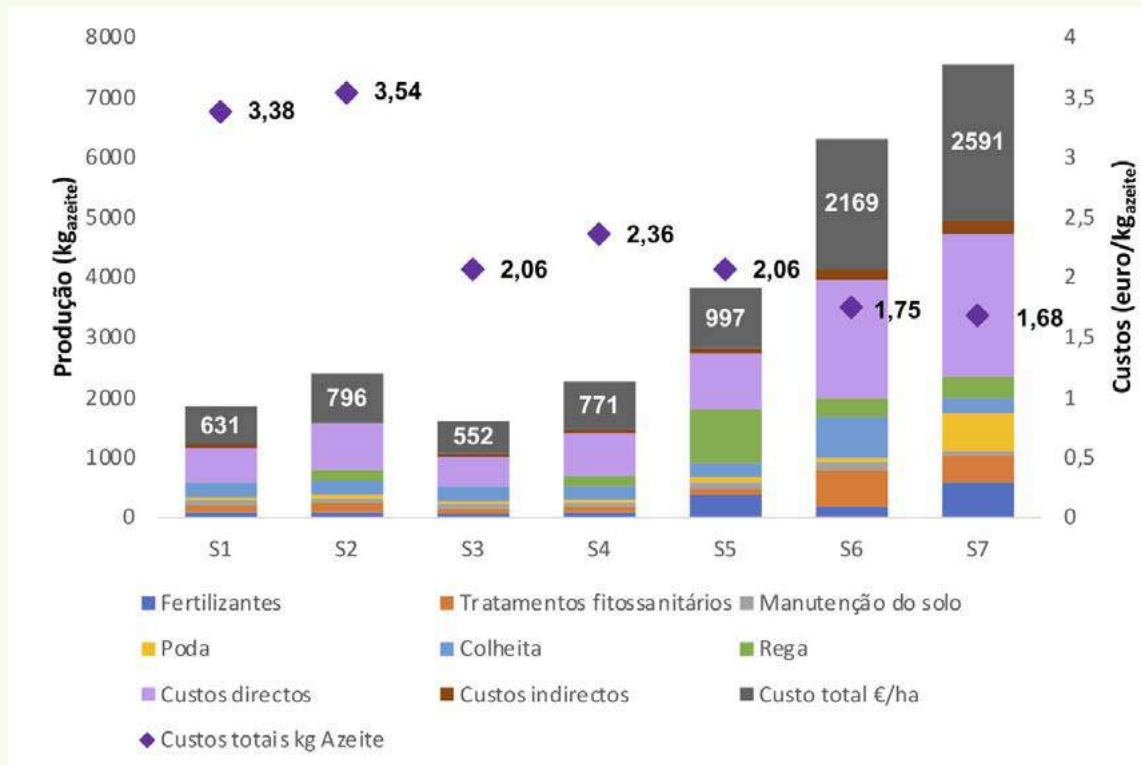


Figura 2 - Custos de produção por sistema de cultivo em Portugal (Adaptado de COI,2015)

A Figura 2 traduz de forma ilustrativa os dados atrás referidos, variando os custos por quilo de azeite produzido entre 3,38 euros no sistema mais extensivo (S1) e 2,06 euros no olival tradicional de regadio.

Análise comparativa com outros países produtores

Comparando os custos de produção de azeite ao nível dos vários países produtores (con-

siderados na análise internacional referida) e se considerarmos os dados para o sistema S3 - *Sistema tradicional de declive moderado, sequeiro*, podemos constatar que apenas Marrocos e a Turquia apresentam custos unitários abaixo do valor apontado por Portugal (2,06€/kg_{azeite}) (Tabela 10). Em termos de desagregação de custos, 84% do custo na obtenção de um quilo de azeite corresponde à produção da azeitona no olival e 16% aos custos de transporte e transformação no lagar.



Tabela 10 - Análise comparativa com outros países produtores (COI, 2015).

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7
Marrocos	1,92	2,26	1,87	1,85	0	1,94	1,97
Itália	3,97	2,79	4,01	3,7	3,57	3,84	0
Turquia	2,8	0	1,54	1,26	0	2,13	0
Grécia	2,54	0	2,34	0	0	2,13	0
Israel	3,64	0	3,74	0	3,34	3,71	3,39
Espanha	3,56	0	2,71	2,27	2,64	2,07	2,19
Líbano	5,42	5,02	5,45	5,75	5,18	5,22	0
Portugal	3,38	3,54	2,06	2,36	2,06	1,75	1,68
Albânia	3,19	3,09	2,81	2,6	2,38	2,37	0
Argélia	5,11	0	2,34	2,67	0	2,49	0
Tunísia	2,36	0	2,22	0	0	1,75	1,6

Se considerarmos os países produtores da União Europeia, para a mesma categoria considerada, Portugal apresenta o valor mais baixo, quase metade da Itália. É possível que os dados referentes a Portugal estejam subavaliados, sobretudo ao nível dos custos com a colheita, uma vez que grande parte destes olivais é colhido recorrendo a mão-de-obra não remunerada e familiar que poderão não estar

reflectidos na estrutura de custos considerada no estudo.

O estudo referido aponta ainda algumas recomendações relevantes tendo em conta a análise e as conclusões. Assim, aponta-se para a necessidade de intensificação dos sistemas S1, S2, S3 e S4 quando as condições orográficas e a disponibilidade de água o permitam. Sugere-se que sejam implementadas

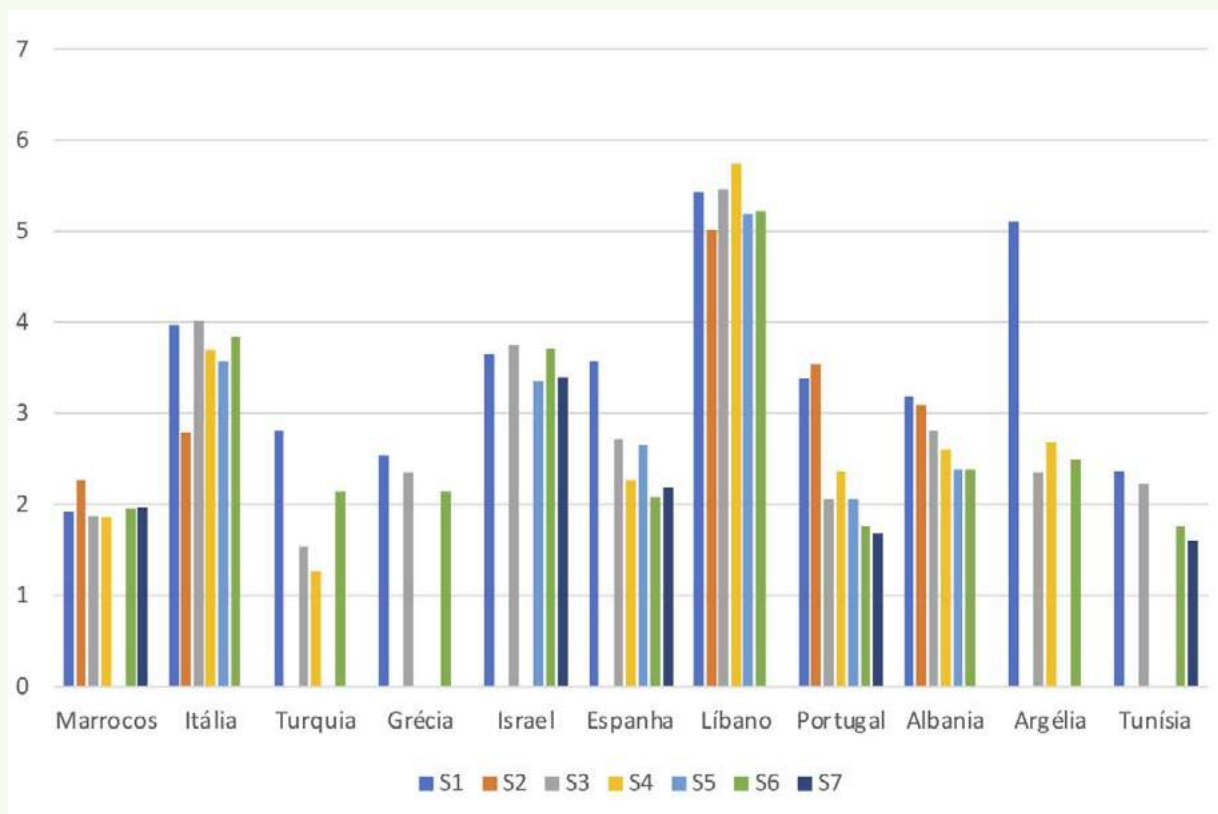


Figura 3 - Custos de produção do azeite por sistemas de cultivo do olival (COI, 2015).



Figura 4 - Ponderação da comparação internacional de custos de produção por sistemas de cultivo (€/Kg_{azeite}) (COI, 2015).

estratégias de cooperação para a integração, no sentido de aumentar a competitividade das explorações e dos lagares, de encontrar novos destinos e utilizações dos subprodutos do olival através da investigação associada à evolução tecnológica. Propõe-se ainda a potenciação da qualidade e singularidades dos azeites produzidos nos olivais tradicionais (S1, S2, S3 e S4) (COI, 2015).

O Olival tradicional e as ajudas da PAC

Em termos de ajudas específicas para a manutenção do olival tradicional o PDR2020 estabelece um pagamento por hectare para apoio a esta tipologia de olival, categorizado em função da densidade (entre 45 e máximo 240 árvores/ha) e da idade das oliveiras (mais de 30anos) (IFAP@2021).

Em 2021 candidataram-se a esta ajuda 32 968 beneficiários com uma área de 109 770ha (IFAP@2021). Refira-se que a ajuda tem um valor de 162 euros/ha para os primeiros 10ha da exploração, sendo degressiva para escalões de área mais elevados (IFAP@2021).

Nota: Apesar de existirem outras ajudas, nomeadamente do 1º Pilar da PAC (estas com base em históricos de produção) não são aqui referidas dado que não são específicas para o olival.

A nova PAC- 2023-2027: Que instrumentos para o olival tradicional?

Para o próximo período de programação da PAC2023-2027 a proposta de Plano Estratégico PEPAC apresentada pelo Governo (à data da redacção deste artigo) que se encontra em discussão pública, estabelece a continuidade do apoio com os mesmos valores dos praticados pelo PDR2020.

No âmbito do PEPAC refira-se que, a propósito das propostas apresentadas pelo sector, nomeadamente pela CNA, no que respeita ao olival tradicional, foi proposto incluir nas intervenções sectoriais previstas no EIXO B - Abordagem sectorial integrada - uma intervenção relativa ao olival tradicional, materializada num Programa Nacional para Apoio ao Olival Tradicional. Esta proposta não foi incorporada no documento PEPAC.



Que saída para o olival tradicional português? – O DESAFIO

Previsões da Comissão Europeia para o período de 2020-2030 para o sector do azeite

A Comissão considera que os motores da evolução do sector a médio prazo serão os desafios estruturais, a competitividade do olival com outras culturas, o posicionamento do azeite como produto diferenciado da dieta alimentar do consumidor, o aumento global da procura e a expansão de novos mercados, bem como o crescimento da produção em países terceiros (CE, 2021).

Quanto à **Estrutura** a tónica vai para as pequenas explorações (por exemplo na Grécia as explorações com menos de 5ha representam 60% do total de explorações), bem como para a idade avançada dos produtores (dá o exemplo de Portugal em que mais de 80% dos titulares das explorações especializadas em olival têm mais de 55 anos). A estrutura das explorações sofrerá impactos como o abandono da terra, a concentração em explorações de maior dimensão e a modernização do olival. Quanto à evolução da área do

olival não é expectável um grande aumento na União Europeia (entre 2019 e 2030 crescerá 0,6%), no caso de Portugal até 2018 teve um crescimento muito significativo, mas não vai acelerar até 2030. A expansão do olival vai ser condicionada pelas condições económicas, pela concorrência com outras culturas (também ao nível da partilha da água disponível) e sistemas de irrigação.



Na **produção de azeite** a projecção avançada aponta para um crescimento da produção baseada no aumento do rendimento alavancado pelas produções de árvores jovens e mais eficientes, maior eficiência também ao nível dos tratamentos fitossanitários e outros factores. A orientação produtiva tenderá para colheitas mais precoces, com impacto na qualidade, assim como a produção biológica, que aumentará. As principais incógnitas residem nas condições climáticas (cenário de alterações climáticas) e incidência de doenças. De salientar que Portugal será o país produtor onde se registará o maior aumento da produção (entre 2009 e 2019 cresceu 9% e crescerá até 2030 mais de 3%).

Quanto ao **consumo na UE** a tendência é de aumento nos países não produtores, devido à

imagem associada à saúde, da popularidade da dieta mediterrânica, do aumento do consumo de azeite em produtos enlatados e da concorrência com outras gorduras. Quanto aos países produtores a diminuição do consumo que é esperada será compensada pelo aumento sustentado do consumo dos países não produtores da UE.

No que respeita ao **comércio** a previsão indica que o crescimento será consistente nos mercados actuais e expansão para novos. No que respeita a tendência será de recuo.

O futuro do olival tradicional

O olival é uma cultura estratégica na União Europeia e em Portugal. O sector da olivicultura é factor de coesão social, económica e territorial, fundamental para a dinamização das zonas rurais olivícolas.

O Olival tradicional dá um contributo fundamental para a preservação da biodiversidade, conservação de habitats e paisagens. É uma cultura que contribui para a mitigação dos efeitos das alterações climáticas e é um importante sumidouro de carbono. O olival tradicional é gerador de mais-valias económicas em muitas regiões sem alternativa cultural.

O olival tradicional tem externalidades positivas que importa promover e apoiar. Do olival tradicional saem os melhores azeites do mundo, com qualidade e características únicas!

Mas esta diferenciação precisa de ser comunicada de forma eficiente, através de ferramentas comerciais facilitadoras da comunicação, junto do consumidor disposto a valorizar a escolha na hora de adquirir um azeite.

É possível associar ao olival tradicional produções complementares e valorização dos subprodutos do olival que complementem o rendimento da cultura.

O oleoturismo bem como as rotas gastronómicas associadas a outros produtos da dieta mediterrânica poderão constituir mais-valias na dinamização do sector.

Do lado da produção, os produtores e estruturas associativas representativas terão de





cooperar e procurar o apoio dos promotores de investigação para a inovação, da administração pública e dos dinamizadores da sociedade civil na mobilização para a defesa e promoção do olival tradicional.

Este é o momento! A adopção de uma PAC mais sustentável ao nível económico, social e ambiental não pode corresponder a mais um discurso retórico.

Bibliografia

CE (2021), The 2020 EU agricultural Outlook workshop. Direcção-geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Comissão. Bruxelas 21-22 Outubro

COI (2015), *Estudio Internacional sobre Costes de Producción del Aceite de Oliva*, Conselho Oleícola Internacional, Publicação de 2015. Consultado em Novembro de 2021, na página www.internationaloliveoil.org

DGADR@2021, *Produtos Tradicionais e*

DOP/IGP/ETG. Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Consultado em Novembro de 2021.

IFAP @ (2021), Página Oficial do IFAP. Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas. Consultado em Novembro de 2021 na página www.ifap.pt

ISMEA@2021, *Istituto di Servizi per il Mercato Agricolo Alimentare* <https://www.ismea.it/istituto-di-servizi-per-il-mercato-agricolo-alimentare>. Consultado em Novembro de 2021

RA (2021), *Recenseamento Agrícola 2019 - Análise dos principais resultados*. Edição 2021. Instituto Nacional de Estatística. Consultado em Novembro de 2021.

Relatório de Execução (2015) – *Relatório de Execução do ProDeR – Programa de Desenvolvimento Rural no período de 2007 a 2015*. Autoridade de Gestão do ProDeR. Consultado em Novembro de 2021

S. Martinho: castanhas e vinho com sabor amargo para os pequenos e médios produtores

O Dia de S. de Martinho, dia dos tradicionais magustos para saborear as castanhas e provar o vinho novo, assinalou-se este ano com um sabor amargo para os pequenos e médios produtores de vinho e de castanha.

Em termos de produção e de qualidade a campanha pode ser considerada razoável para o vinho, mas na castanha houve quebras de produção significativas. Na região de Valpaços, por exemplo, um souto que na campanha anterior produziu 3.000 kg de castanha este ano não foi além dos 1.000 kg e apesar de algum aumento do preço na produção, em razão directa da menor oferta, o preço pago ao Agricultor não chegou em muitos casos para compensar a redução de castanha.

No vinho, houve um aumento global da produção nacional, embora com quebras em algumas regiões. Porém, de uma forma geral, os preços à produção não vão além da

manutenção dos preços (baixos) das últimas campanhas.

Num ano marcado por intempéries, pelos efeitos da pandemia de COVID-19, pelo aumento galopante dos custos dos factores de produção e pelo incremento dos custos de transporte não assumidos pelo comércio e pela indústria, que os fazem recuar na cadeia e reflectir nos preços à produção, é certo que irão manter-se em baixa os rendimentos dos produtores.

Face à situação, que se arrasta há várias campanhas e que tem forçado o afastamento da produção por parte de pequenas e médias explorações em diversas regiões e conduzido à concentração da produção, a CNA reclama medidas capazes de garantir escoamento dos produtos agrícolas a melhores preços à produção e de travar o aumento brutal dos custos dos factores de produção.

Faleceu Alcina Fernandes

Maria Alcina Noronha da Costa Fernandes, membro do Conselho Fiscal da CNA, faleceu a 2 de Novembro. Foi uma dedicada defensora da organização da Agricultura Familiar e, juntamente com outros dedicados quadros camponeses, teve um papel insubstituível na mobilização das organizações que, em 26 de Fevereiro de 1978, em Coimbra, fundaram a Confederação Nacional da Agricultura.

Ao longo de todos estes anos foi uma valiosa apoiante da CNA, com uma constante ligação e um sentido conhecimento da vida difícil de quem precisa da terra para viver e, com o seu trabalho, nos alimenta, participou em diversos debates, nomeadamente sobre



Alcina Fernandes numa reunião do MARN-Beiras no Fontelo – Viseu

o Estatuto da Agricultura Familiar, prestou-nos inestimável apoio jurídico e a ela devemos a base dos actuais Estatutos da CNA.

Até sempre, Alcina!

CNA visita produtores na zona de Setúbal e ouve as suas preocupações



No âmbito do projecto “Contributos da Agricultura Familiar para a promoção de sistemas alimentares e dietas sustentáveis em Portugal” no qual a CNA participa, juntamente com a ACTUAR (Associação para a Cooperação e Desenvolvimento), a Direcção-

-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e a Escola Superior Agrária de Viseu realizaram-se, no dia 3 de Novembro, diversas visitas de campo a produtores familiares da região de Setúbal.

As visitas tiveram como objectivo a identificação e análise de boas práticas da Agricultura Familiar e também das dificuldades dos agricultores familiares em Portugal. Do contacto com as agricultoras e agricultores destas explorações de ovinos de leite, de fruta e de arroz resultou evidente que a Agricultura Familiar é o caminho mais sustentável e harmonioso.

Esta acção integra um projecto no contexto de uma iniciativa comunitária promovida pelo PDR2020 e co-financiada pelo FEADER, no âmbito do Portugal 2020.

Um combate de todos e todas: MARP assinalou Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres

Assinalou-se, a 25 de Novembro, o “Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres”, instituído pela Resolução n.º 52/134 da Organização das Nações Unidas (ONU), com o objectivo de alertar para o grave problema das diversas violências que atingem as mulheres, em casa ou no trabalho, com impactos a nível social, moral, físico e psicológico, deixando grandes marcas que se tornaram mais prementes durante a pandemia de COVID-19.

A Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas (MARP), filiada na CNA, alerta para a questão das diversas formas de violência que as mulheres Agricultoras e rurais sofrem todos os dias, como por exemplo quando é negado o acesso aos serviços de saúde básicos e de proximidade ou quando existe dificuldade em vender os produtos agrícolas quando em causa a sua independência financeira.

Para assinalar a data, a MARP promoveu o Seminário “Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas”, no dia 27 de Novembro, na Casa do Povo em Penacova, onde debateu a situação do sector agrícola, das Agricultoras e das mulheres que vivem no Mundo Rural.

No evento, mulheres Agricultoras e rurais relataram as dificuldades a que estão sujeitas diariamente e reforçaram a sua força e importância na vida de todos, na medida em que produzem, vivem, criam, preservam, resistem, cuidam e tratam de si, da família, do alimento, das sementes, da terra, da água e dos solos em variadíssimos contextos sociais, económicos, políticos e ambientais.

Com esta iniciativa a MARP reafirmou que irá continuar a lutar para que o papel da mulher rural e Agricultora seja verdadeiramente reconhecido.

APT promove V Concurso Concelhio de Ovelhas da Raça Churra Galega Bragançana

A Associação dos Agricultores e Pastores do Norte (APT) promoveu a quinta edição do Concurso Concelhio de Ovelhas da Raça Churra Galega Bragançana, integrada na Feira dos Santos que decorreu no dia 31 de Outubro, no Forte de São Neutel em Chaves.

A iniciativa contou com dezenas de visitantes e participantes e teve como principal objectivo a divulgação das raças autóctones e contou com a participação de pastores do concelho de Chaves, com o apoio da CNA e com a colaboração da Asso-

ciação Nacional de Criadores de Ovinos da Raça Churra Galega Bragançana (ACOB) e do Município de Chaves.



UADL alerta Presidente da CM de Ansião para as dificuldades da Agricultura Familiar

A União dos Agricultores do Distrito de Leiria (UADL) foi recebida, a 29 de Outubro, pelo presidente da Câmara Municipal de Ansião, a quem expôs um conjunto de situações que afectam os Agricultores do concelho e que carecem de resolução urgente.

Um dos problemas prende-se com os estragos causados pelos javalis e outros animais selvagens nas culturas dos Agricultores, que não são indemnizados.

A UADL alertou também que a subida dos preços dos combustíveis leva à subida dos factores de produção e que as dificuldades de comercialização vão aumentar para a Agricultura Familiar.

“As grandes superfícies importam a esmagadora maioria dos produtos agrícolas, por vezes de qualidade duvidosa, o que aumenta as dificuldades na comercialização”, denuncia a UADL num documento entregue ao presidente da Câmara.

A UADL solicitou ao autarca que transmitisse estas questões num documento entregue ao presidente da Câmara Municipal de Ansião, a quem solicitou que transmitisse as preocupações dos Agricultores à Ministra da Agricultura e ao presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

Assembleia Geral da ADACB intensifica a luta em defesa da Agricultura Familiar

Realizou-se no dia 13 de Dezembro, na cidade do Fundão, a Assembleia Geral da Associação Distrital dos Agricultores de Castelo Branco (ADACB), onde foram aprovados por unanimidade o Orçamento e o Plano de Actividades para o ano de 2022.

Os Agricultores presentes colocaram como principal dificuldade neste momento o elevado custo dos factores de produção designadamente os fertilizantes, os combustíveis, a energia, as taxas e os juros bancários que estão a criar enormes problemas ao escoamento dos produtos agrícolas a preços compensatórios.

A Assembleia Geral concordou em alargar as suas actividades de apoio aos Agricultores, no âmbito da prestação de serviços téc-

nico-profissionais, dos serviços de aconselhamento agrícola e da formação profissional destinada a Agricultores, técnicos e a outros intervenientes do Mundo Rural, dando sempre prioridade à luta pela defesa dos interesses dos pequenos e médios Agricultores.

A ADACB decidiu, entre outros assuntos, realizar no início do ano Sessões de Esclarecimento sobre diversos temas pertinentes na vida dos Agricultores, como por exemplo a fiscalidade agrícola e a campanha de subsídios para 2022.

A Associação decidiu, também, enviar às diversas candidaturas das próximas eleições legislativas uma carta aberta com as principais reclamações da Agricultura e do Mundo Rural.

ADACB reúne com Municípios de Oleiros e de Vila de Rei para debater a situação dos Agricultores e produtores florestais

A ADACB reuniu no mês de Novembro com o Presidente da Câmara Municipal

de Vila de Rei e com o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oleiros, com o intuito de debater a situação dos Agricultores e produtores florestais e reforçar a importância da Agricultura Familiar na ocupação e desenvolvimento destes territórios.

Estas reuniões são de extrema importância para reforçar a relação institucional e abrir caminho para a concretização no futuro de projectos e protocolos tendo em vista o desenvolvimento do Mundo Rural e da Agricultura Familiar.



Dirigente da CNA Vítor Rodrigues eleito para o Comité Coordenador da Coordenadora Europeia Via Campesina

A CNA participou, nos dias 25 de Outubro e 29 de Novembro, na Assembleia Geral da Coordenadora Europeia Via Campesina (ECVC), organização da qual é membro, e onde foi eleito para o seu Comité Coordenador o dirigente da CNA Vítor Rodrigues.

A eleição de Vítor Rodrigues dá expressão ao empenho da CNA no reforço da acção da ECVC em prol das causas da Soberania Alimentar, da dignidade das camponesas e dos camponeses, da Agricultura Familiar e das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais.

Vítor Rodrigues sucede ao dirigente da CNA José Miguel Pacheco – que desde 2013 integrou o Comité Coordenador, tendo atingido o limite de mandatos – dando assim segui-

mento ao compromisso da CNA de continuar a articulação do trabalho com a ECVC e demais organizações que a integram.

A Assembleia Geral concluiu que o trabalho das organizações tem sido incansável na defesa da Agricultura Familiar, enquanto modelo de produção e comercialização de alimentos saudáveis e sustentáveis e enquanto garante da Soberania Alimentar dos povos.

Pela CNA participaram como delegados nesta Assembleia Geral Alfredo Campos e Adélia Vilas Boas, além de José Miguel Pacheco e Vítor Rodrigues, que participaram, respectivamente, enquanto membro cessante e membro eleito do Comité Coordenador da ECVC.

La Via Campesina celebra transição política para a Europa

Seguindo o princípio de rotatividade em todos os continentes, o Secretariado Operacional Internacional de La Via Campesina (LVC), movimento global que representa cerca de 200 milhões de camponeses em todo o mundo, foi acolhido pela ECVC e passa a estar sediado em Bagnolet (Paris), França, na sede da sua organização membro Confédération Paysanne.

Com esta transição, Morgan Ody, agricultora francesa da região da Bretanha, assume a Coordenação Geral da LVC, anteriormente da responsabilidade de Elizabeth Mpofu (Harare, Zimbábue).

A presença do Secretariado Operacional Internacional LVC na França reforçará o trabalho realizado pela ECVC na Europa e pelas suas organizações membro nos diferentes países, como é o caso da CNA em Portugal.



Unidos pela Soberania Alimentar, as regiões e os membros da Via Campesina continuarão a trabalhar para garantir que os direitos humanos de todos aqueles que vivem e trabalham no campo sejam respeitados, para o bem do planeta e da população.

CNA presente no X Congresso do Sindicato Labrego Galego

A CNA esteve em Vilalba (Lugo), a 12 de Dezembro, no X Congresso do Sindicato Labrego Galego, que elegeu a Direcção Nacional desta organização e reelegeu Isabel Vilalba como sua Secretária-Geral.



A CNA, representada pelo dirigente Vítor Rodrigues, teve oportunidade de saudar o Congresso, valorizando a história de luta do SLG e os laços de solidarie-

dade e amizade que cultivamos mutuamente, na intervenção que ambas as organizações mantêm nos seus países e no seio da ECVC.

Neste Congresso, as camponesas e os camponeses galegos analisaram a situação dos vários sectores produtivos, denunciaram os elevados custos de produção, a manutenção dos baixos preços pagos à produção, a expansão de monoculturas intensivas florestais e as crescentes pressões sobre a terra e os modos de vida camponeses, por exemplo, através da instalação de megaparcques de geração de energia eólica.

CNA participa na XV Assembleia da COAG em Madrid

Uma delegação da Direcção da CNA esteve presente na sessão de encerramento da XV Assembleia da Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos - COAG (Espanha), que decorreu a 20 de Outubro, em Madrid.

A XV Assembleia da COAG elegeu os no-

vos órgãos executivos e delineou linhas de acção em defesa de uma Agricultura com agricultores, por rendimentos dignos e justiça na cadeia de distribuição agro-alimentar e por uma PAC mais justa.

Participaram, pela CNA, os dirigentes Adélia Vilas Boas e Vítor Rodrigues.

Grupos de Diálogo Civil analisam situação dos sectores olivícola e vitivinícola

A CNA, em representação da ECVC, participou nas reuniões dos Grupos de Diálogo Civil do Vinho e do sector olivícola, promovidas pela Comissão Europeia (CE) nos dias 8 e 19 de Novembro, respectivamente.

No Grupo de Diálogo Civil do sector olivícola, Lucinda Pinto, representante da CNA, alertou para a difícil situação em que se encontra o olival tradicional em risco de abandono em virtude do aumento galopante dos custos de produção, do fraco rendimento e dos preços do azeite muito baixos. Esta situa-

ção tem um impacto dramático nos territórios rurais onde o olival é uma parte fundamental na economia.

Na reunião do Grupo de Diálogo Civil do Vinho, a intervenção da CNA, representada por João Filipe Baptista, abordou o aumento dos custos de transporte que resultam não só da situação pandémica que o mundo atravessa, mas também da falta de contentores de transporte e da inflação dos custos energéticos. Os produtores estão a ser duplamente penalizados por este efeito.

A agricultura camponesa e familiar e a implementação de sistemas alimentares saudáveis



Por Vítor Rodrigues

Dirigente da CNA

Vivemos numa época em que o discurso político oficial enaltece os méritos da agricultura industrial em garantir a segurança alimentar, tendo sido capaz de acrescentar algumas vantagens verdes à utilização das tecnologias mais modernas, no sentido de uma noção vaga e não inequívoca de intensificação sustentável.

Contudo, este discurso preocupado apenas com a criação de valor e lucros dentro da exploração esquece dimensões essenciais da sustentabilidade, tais como os direitos dos trabalhadores rurais, a simplificação e o empobrecimento da paisagem e, sobretudo, todas as outras consequências económicas, sociais e ambientais do despovoamento dos territórios rurais.

Em contraste, o contraponto a este discurso oficial é, em muitas ocasiões, uma visão em que a maioria das actividades agrícolas implicam sempre consequências negativas para o ambiente, e onde a renaturalização é vista como única opção para as contrariar.

No meio destas narrativas, parece não haver lugar para os camponeses e para a agricultura familiar. Contudo, o papel da agricultura camponesa e familiar na produção agrícola, emprego agrícola, conservação da biodiversidade, paisagens culturais de alto valor e formas mais sustentáveis e seguras de consumo alimentar é amplamente reconhecido. As explorações familiares representam cerca de 242 mil explorações em Portugal (94% do número total de explorações), abrangendo 54% da superfície agrícola utilizada e mais de 80% do trabalho agrícola¹.

No entanto, é também reconhecido que 30% das explorações agrícolas familiares

não recebem qualquer pagamento da Política Agrícola Comum (PAC). Existe, também, uma grande assimetria na distribuição desses pagamentos, onde 7% das explorações, na sua maioria as grandes em termos de área, recebem cerca de 70% dos pagamentos da PAC, enquanto as mais de 90% mais pequenas recebem 30%.

Estes factos revelam que são necessárias políticas que representem uma abordagem integrada em que a produção agrícola e a dignidade dos agricultores são fundamentais. Onde são instrumentais a regulamentação dos preços e do mercado, a construção de cadeias curtas de abastecimento, a manutenção das práticas agroecológicas e da agro-biodiversidade tradicional, a organização da produção, para lidar com os principais grossistas e retalhistas, e a contratação pública para abastecimento de produtos alimentares.

Com tais políticas em prática será possível um futuro melhor, onde o pleno potencial da agricultura camponesa e familiar seja libertado, e as suas contribuições para a sustentabilidade económica, social, territorial e ambiental estejam plenamente implantadas.

Intervenção numa iniciativa do projecto Just Food, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, disponível na versão integral em www.cna.pt

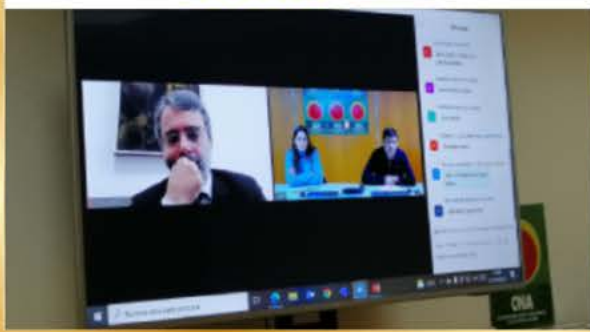
¹ Dados referidos no preâmbulo do decreto que institui o Estatuto da Agricultura Familiar

Grande Manifestação em Lisboa por uma PAC mais justa e solidária



Participação em vários Grupos de Diálogo Civil da Comissão Europeia

Realização de diversos webinars e debates online



Ao longo do ano a CNA esteve presente em feiras e mercados onde foi possível ouvir os Agricultores

As Filiadas da CNA realizaram vários eventos no decorrer do ano

MARP em Lisboa na Manifestação do Dia da Mulher



A CNA esteve presente em diversos Congressos Internacionais

Audiências com Órgãos de Soberania



Foram realizadas várias Acções de Formação e Informação aos Agricultores



CNA

2021

II Conferência do Estatuto da Agricultura Familiar

